

Servidores federais repudiam veto presidencial que proíbe reajuste a diversas categorias

No dia de ontem, 28, o presidente Jair Bolsonaro, pressionado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, resolveu vetar os reajustes que haviam sido garantidos no Congresso Nacional a uma série de categorias que estão atuando na linha de frente do combate à Covid-19. O PLP 39/20 que é péssimo, por uma série de motivos, ficou pior.

As entidades classistas do universo dos servidores públicos vão dar início a uma ação de força tarefa junto a deputados e senadores para que o veto seja derrubado pelo Legislativo. A "granada" que Guedes diz ter colocado no bolso do "inimigo" indignou servidores federais, estaduais e municipais que somam quase 12 milhões no Brasil.

No início da semana, na terça, 26, Bolsonaro publicou uma Medida Provisória (MP) autorizando reajuste para policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal. O custo para a União é estimado em R\$ 500 milhões. Outra MP reestrutura a carreira da Polícia Federal, o que coloca em questionamento o veto de reajuste a setores essenciais nesse momento crucial de combate à Covid-19. Já são mais de 25 mil vítimas da doença que, hoje, é a principal causa de morte entre brasileiros. Nunca o Estado se mostrou tão necessário ao mesmo tempo em que um governo negligencia completamente essa importância.

Segundo a Condesf, a destruição e sucateamento dos serviços públicos é um projeto desse governo e precisa ser combatido com o diálogo intenso com a sociedade.

Na nota onde a Confederação repudia o congelamento salarial de servidores imposto pelo PLP 39/20, a entidade traz dados que desmistificam a narrativa do governo de que a categoria possui muitos privilégios. Para a Condesf, a estratégia do go-

verno é aprovar por etapas uma reforma Administrativa que já vem sendo anunciada desde antes da pandemia do novo coronavírus.

Ainda de acordo com a entidade, são vários os elementos que mostram que o congelamento salarial de servidores e empregados públicos não é uma ação necessária. A maioria da categoria está há mais de 3 anos sem reajustes em seus vencimentos e ainda teve um aumento das alíquotas de contribuição previdenciária que ultrapassam 14%. Servidores também não tem direito ao FGTS. A estabilidade, mais um tema usado para convencer a população de que servidores tem privilégios demais, é outra ficção. Segundo a CGU, desde 2003, 16.681 trabalhadores da administração pública foram expulsos. Isso significa mais de 2 demissões, cassações ou destituições por dia, nos últimos 15 anos. A estabilidade real, destaca a nota, é uma proteção para a sociedade, para que a memória do Estado seja mantida apesar das mudanças de gestão.

Sem investimentos, condições de trabalho são baixas

Ainda na nota, a Confederação destaca o cotidiano pesado dos servidores. Com a redução de concursos, hoje, um servidor precisa executar em média a tarefa que deveria ser desenvolvida por três. A entidade também cita as dificuldades dos trabalhadores da Saúde. Muitos na linha de frente do combate a essa pandemia relatam não ter equipamentos de proteção suficiente para trabalhar com segurança. "Não é fácil trabalhar sem investimentos mínimos em estrutura e materiais necessários; não é fácil falar para a cidadã na fila do hospital que não há leito disponível ou que os

remédios não chegaram; não é fácil levantar da cama diariamente e trabalhar no combate à pandemia ouvindo xingamentos e condenações por parte do governo que se mostra cada dia mais negligente. Mesmo assim, servidores e empregados públicos estão à disposição da sociedade, fazendo o possível neste governo omissivo", destaca outro trecho.

A Condesf/Fenadsef e suas filiadas vão seguir trabalhando para barrar os retrocessos. A entidade assinou com mais de 400 entidades o maior pedido de impeachment protocolado até o momento na Câmara dos Deputados. A Confederação também entrou com ação civil pública contra a União por assédio moral coletivo. "Se a "economia" com o congelamento dos vencimentos é prevista pela equipe de Guedes em torno de R\$ 43 bilhões, o valor não chega aos pés do R\$ 1,5 trilhão anual que o País paga de dívida pública, esta sim a verdadeira parasita e assaltante do Brasil", conclui a nota divulgada. Os servidores cobram valorização do setor público com investimentos. Para isso sugerem que se faça pressão para criar o tributo sobre grandes fortunas, suspensão do pagamento da dívida pública e a revogação da EC 95, do teto de gastos, que sozinho já retirou mais de R\$20 bilhões do SUS.

"É imprescindível que busquemos a unidade da categoria nesse momento complicado. Vamos com todo o nosso poder de mobilização para encampar essa força tarefa proposta pelas entidades que representam os servidores públicos, no intuito de sensibilizarmos os deputados e senadores a não aceitarem o veto presidencial", comentou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.



Nota da Condsef/Fenadsef sobre congelamento salarial até 2021

Nota da Condsef/Fenadsef sobre congelamento salarial até 2021 A Condsef e a Fenadsef, representando juntas mais de 80% das carreiras do serviço público federal, repudiam o congelamento salarial de servidores até o fim de 2021, instituído por chantagem do ministro Paulo Guedes em uma matéria de auxílio a Estados e Municípios. A decisão se mostra estratégica para aprovar por etapas a proposta de Reforma Administrativa que o governo anuncia desde antes da pandemia do novo coronavírus, e que deveria estar suspensa neste momento de enfrentamento à crise sanitária e econômica do Brasil.

As entidades têm destacado elementos que derrubam a necessidade de congelamento salarial de servidores e empregados públicos, e desmontam o argumento de privilégio da categoria que já está há mais de 3 anos sem reajustes dos vencimentos, que teve aumento das alíquotas de contribuição previdenciária que ultrapassam 14% e que não tem direito ao FGTS apesar das exonerações possíveis.

A estabilidade no trabalho é uma ficção bem construída. Segundo dados da CGU, desde 2003, 16.681 trabalhadores da administração pública foram expulsos, o que significa mais de 2 demissões, cassações ou destituições por dia, nos últimos 15 anos. A estabilidade real que é defendida pela categoria é pela proteção da própria sociedade, para que a memória do Estado seja mantida apesar das mudanças de gestão. Este tipo de estabilidade não protege maus servidores, que seguem sendo exonerados diariamente.

O cotidiano de serviço é pesado. Não é fácil trabalhar sem investimentos mínimos em estru-

tura e materiais necessários; não é fácil falar para a cidadã na fila do hospital que não há leito disponível ou que os remédios não chegaram; não é fácil levantar da cama diariamente e trabalhar no combate à pandemia ouvindo xingamentos e condenações por parte do governo que se mostra cada dia mais negligente. Mesmo assim, servidores e empregados públicos estão à disposição da sociedade, fazendo o possível neste governo omissivo.

De acordo com levantamento realizado pela Internacional dos Servidores Públicos (ISP) entre trabalhadores de serviços essenciais na pandemia em meados de abril, 58% são servidores públicos, 67% denunciaram insuficiência de equipamentos de proteção individual, 11% disseram não ter nenhum EPI, 55% afirmaram passar por sofrimento psicológico neste momento e 10% têm tido mais de 12 horas de jornada de trabalho. Apesar do momento exigir mais dedicação, os empregados da Ebserh, empresa que gerencia os Hospitais Universitários, reclamam de cortes salariais que chegam a 27%. O perfil dos servidores e empregados públicos no Brasil hoje estampa a precarização da categoria e pavimentam a construção do caminho rumo às privatizações, elogiadas como única salvação para um “parasitismo” que não existe.

Em um governo que não investe nos próprios serviços que oferece à população por obrigatoriedade constitucional, que estipula miséria como salário mínimo e que lava as mãos da responsabilidade do crescimento do desemprego neste momento de pandemia, desviar a atenção do problema condenando servidores como culpados é fácil. A realidade, entretanto, dá dados concretos de que, mais uma vez, este governo falta com a verdade e propaga fake

news. Neste mês, a Confederação entrou com ação civil contra a União por assédio moral coletivo.

Servidores públicos, com capacitação e qualificação aprovadas em concurso amplo e democrático, devem ser valorizados e compreendidos como o que de fato são: servidores à sociedade e protetores do Estado. A precariedade dos serviços é resultado de anos de falta de investimento no setor e é reivindicação antiga da categoria, quase nunca ouvida ou recebida em reuniões junto aos ministérios. A falência das contas do Estado também não é culpa desses trabalhadores, cuja grande maioria não recebe super salários. De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal, aproximadamente 59% dos servidores ativos recebem até R\$ 10 mil e, nesta faixa, a porcentagem maior se concentra naqueles que recebem entre R\$ 3.500 e R\$ 4.500, valor próximo ao que o Dieese alerta para o que deveria ser o salário mínimo justo para as famílias brasileiras.

Se a “economia” com o congelamento dos vencimentos é prevista pela equipe de Guedes em torno de R\$ 43 bilhões, o valor não chega aos pés do R\$ 1,5 trilhão anual que o País paga de dívida pública, esta sim a verdadeira parasita e assaltante do Brasil. Os servidores pedem valorização dos serviços públicos com mais investimentos no setor, que seria possível com a criação do tributo sobre grandes fortunas, suspensão do pagamento da dívida e revogação da Emenda Constitucional 95, que sozinho já retirou mais de R\$ 20 bilhões do SUS. Neste momento de pandemia, fica explícito um problema que não é novidade: as consequências graves do sucateamento do Estado.